



CEM ANOS DA
ABOLIÇÃO
1888 - 1988

MinC - Ministério da Cultura
Governo José Sarney
Programa Nacional do Centenário
da Abolição da Escravatura

Cultura

ESTUDOS SOBRE A ESCRavidÃO NEGRA 2

LEONARDO DANTAS SILVA
RENÉ RIBEIRO
GLÁUCIO VEIGA
THEODORO MACHADO FREIRE PEREIRA DA SILVA

minC

Ministério da Cultura

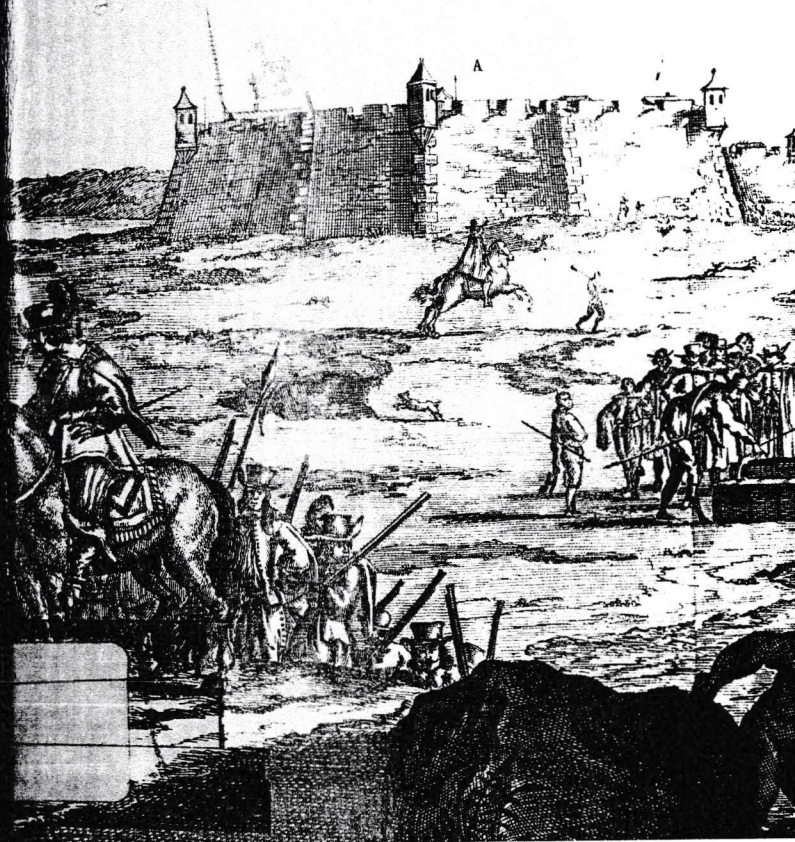
ISBN 85-7019-168-5

Fundação Joaquim Nabuco

ESTUDOS SOBRE A ESCRavidÃO NEGRA Leonardo Dantas S.

Leonardo Dantas Silva

ESTUDOS SOBRE A ESCRavidÃO NEGRA



061.62
F82

IN/AI

série Abolição

1. *O Abolicionismo*. 262 p. Joaquim Nabuco. Edição fac-similar de 1883 – Londres. Apresentação de José Thomaz Nabuco.
2. *João Alfredo – o Estadista da Abolição*. 290 p. Manuel Correia de Andrade.
3. *Henrique Dias – Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil*. 76 p. José Antônio Gonsalves de Mello.
4. *Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista*. 410 p. André Rebouças. Edição fac-similar de 1883. Apresentação de Joselice Jucá.
5. *Minha Meninice e outros Ensaio*s. 100 p. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Apresentação de Manuel Correia de Andrade.
- 6 e 7. *Estudos Afro-Brasileiros*. (1º volume) e *Novos Estudos Afro-Brasileiros* (2º volume) – Edição fac-similar dos trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife, em 1934, sob a coordenação de Gilberto Freyre. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello.
8. *A Campanha Abolicionista no Recife*. 266 p. Joaquim Nabuco. Edição fac-similar 1885. Apresentação de Fernando da Cruz Gouvêa.
9. *A Escravidão*. 128 p. Joaquim Nabuco - 1ª edição autônoma organizada por Leonardo Dantas Silva.
10. *A Abolição em Pernambuco*. 182 p. Organizado por Leonardo Dantas Silva.
11. *Alguns Documentos para a História da Escravidão*. 214 p. Organizado por Leonardo Dantas Silva.
12. *O Abolicionista*. Edição fac-similar do jornal editado por Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro, entre 1º de novembro de 1880 a 1º de dezembro de 1881. Organizado por Leonardo Dantas Silva.
13. *A Imprensa e a Abolição*. 184 p. Leonardo Dantas Silva. Edição fac-similar dos principais jornais e revistas abolicionistas que circularam em Pernambuco entre 1876 e 1891, além de outros números avulsos de interesse para o estudo do movimento abolicionista.
14. *Abolição: A liberdade veio do Norte*. 294 p. Fernando da Cruz Gouvêa.
15. *Estudos sobre a Escravidão Negra*. v. 1. 520 p. Organizado por Leonardo Dantas Silva.
16. *O Negro Brasileiro*. 304 p. Arthur Ramos. Edição fac-similar de 1934. Apresentação de René Ribeiro.
17. *Estudos sobre a Escravidão Negra*. v. 2. 304 p. Organizado por Leonardo Dantas Silva.
18. *Memória da Abolição: Catálogo de Artigos de Jornais do Arquivo Joaquim Nabuco*. 250 p. Ilka Loureiro e outros.
19. *Costumes Africanos no Brasil*. 372 p. Manuel Querino. Apresentação e notas de Raul Lody.
20. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. 720 p. Luís Anselmo da Fonseca. Edição fac-similar de 1887.

ESTUDOS SOBRE A ESCRavidÃO NEGRA 2



CEM ANOS DA
ABOLIÇÃO
1888 - 1988

MinC - Ministério da Cultura
Governador José Sarney
Programa Nacional do Centenário
da Abolição da Escravatura

ISBN 85-7019-168-5

© 1988 Leonardo Dantas Silva

Reservados todos os direitos desta edição

Reprodução proibida mesmo parcialmente, sem autorização da
Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana
Rua Dois Irmãos, 15 - Apipucos - Recife - PE - Brasil
CEP 52.071

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Conselho Editorial

Fernando de Mello Freyre (Presidente)
Aluizio Bezerra Coutinho
Bráulio do Nascimento
Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti
Frederico Pernambucano de Mello
Gilberto de Mello Kujawski
José Geraldo Nogueira Moutinho
Leonardo Dantas Silva
Luiz Antonio Barreto
Maria do Carmo Tavares de Miranda
Tânia Bacelar

Direção Executiva da Editora Massangana

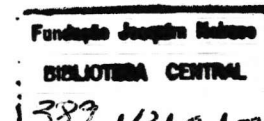
Leonardo Dantas Silva - Diretor Geral
Maria da Conceição Luna Rodrigues - Gerente Administrativo
Silvio Bentzen Pessoa - Diretor de Editoração
Evaldo Donato - Diretor de Comercialização

Ilustração da capa: Desenho de Frans Post, originalmente publicado no livro de Gaspar Barlaeus (nº 30), editado em Amsterdam em 1647, apresentando o forte Van Ceulen (Reis Magos), no Rio Grande do Norte, com acréscimos (grupo de cavaleiros, negros escravos e soldados) feitos pelo gravador Arnoldo Montanus em 1671. No volume 1 desta coletânea, *Estudos sobre a escravidão negra*, a ilustração da capa é também de autoria de Frans Post, com acréscimos do mesmo gravador, muito embora diga respeito ao forte Margarida, construído na foz do rio Paraíba, na área hoje ocupada pelo porto de Cabedelo.

Folha de guarda: *Pormenor de tela de Frans Post (55 x 84 cm), datada de 1660, onde aparece o pátio de uma propriedade rural com a casa-grande, capela e grupos de negros. (Souza Leão, F. Post, nº 32).*

SUMÁRIO

Apresentação
A instituição do Rei do Congo e sua presença nos maracatus — Leonardo Dantas Silva
Album fotográfico
O Negro em Pernambuco — René Ribeiro
O Desembarque de Sirinhaém — Gláucio Veiga
Reforma do estado servil: Discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado — Theodoro Machado Freire Pereira da Silva



Com este segundo volume de **Estudos sobre a escravidão negra**, procuramos despertar a atenção do leitor para quatro ensaios, o primeiro dos quais inédito, sobre aspectos relevantes da temática objeto desta Série Abolição.

O padre Miguel do Sacramento Lopes da Gama, seu **Carapuço**, publicado no **Diário de Pernambuco** de março de 1843, chama a atenção para “umbrela” sobre qual vinham amparados os senhores no passado, comparado com costumes de então: “Alguns desses chapelórios ainda há poucos anos apareciam nos batuques dos pretos em da Senhora do Rosário, cobrindo o figurão chamado rei dos congos”. O sagaz crítico dos nossos costumes estava a referir-se ao maracatu, cortejo de natureza profana de estreitas ligações com os préstitos dos reis do Congo, para o qual mesmo jornal chama a atenção em sua edição de 1º de julho de 1845. A instituição do rei do Congo, porém, tem suas origens no século XV, com presença marcante na sociedade escravista da França, da Espanha, de Portugal, estendendo-se às Américas Espanhola e Portuguesa. No Brasil, particularmente em Pernambuco, o cortejo dos reis do Congo transmudou no nosso maracatu e assim chegou aos dias atuais.

As origens do negro em Pernambuco, a partir dos integrantes das tribos que para aqui foram transportados como escravos da Costa da África, são magnificamente estudadas pelo antropólogo René Ribeiro em ensaio, anteriormente publicado na **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano** (v. XLII, Recife 1948-49), agora ao alcance das novas gerações de interessados nos estudos africanos brasileiros.

O professor Gláucio Veiga, autor de inúmeros trabalhos de pesquisa histórica, aborda o episódio pouco conhecido

A INSTITUIÇÃO DO
REI DO CONGO E SUA
PRESENÇA NOS MARACATU

LEONARDO DANTAS SILVA
Da Fundação Joaquim Nabuco

— Artigo especialmente escrito para esta edição de **Estu**
sobre Escravidão Negra, v. 2.

em forma de cânticos, danças, crenças e culinárias comuns às "terras do lado de lá".

De modo a facilitar a administração desses pretos, o colonizador português, a exemplo da França e Espanha no século XV e Portugal no século XVI, incentivou a instituição dos reis e rainhas negros sob a proteção das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, cujos préstimos de coroação vieram dar origem ao nosso maracatu.

Documentadamente, essas coroações eram conhecidas em Sevilha, quando em 11 de novembro de 1475 os Reis Católicos deram o título de "Mayoral" de todos os negros cativos e forros a Juan de Valladolid; em Lisboa, desde 1563, e na França, a partir de 1498. No Recife, esse costume é conhecido, documentadamente, desde 1674, segundo assentamento dos livros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Paróquia de Santo Antônio, que tratam das coroações dos reis e rainhas de Angola e dos reis e rainhas dos negros crioulos.²

Quando das guerras contra a Holanda (1630-1654), o preto forro Henrique Dias foi nomeado oficialmente para o posto militar de "Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil", em 4 de setembro de 1639, em patente passada pelo Conde da Torre, D. Fernando Mascarenhas, posto que ocupou até a sua morte. Por sua participação nas guerras que culminaram com a Restauração Pernambucana, em 27 de janeiro de 1654, expulsando os holandeses do território do Brasil, a Coroa Portuguesa outorgou-lhe os títulos de Mestre-de-Campo do Terço dos Henriques e Comendador da Ordem de Cristo. O velho cabo de guerra veio a falecer no Recife, em 7 ou 8 de junho de 1662, deixando o Terço dos Henriques, conhecendo-se a lista dos seus sucessores, no posto de Mestre-de-Campo, de Antônio da Costa, nomeado em 26 de abril de 1663, até Braz de Brito Souto, nomeado em 25 de maio de 1730.³

REIS DO GONGO

Segundo a descrição de Gaspar Barlaeus, em seu livro **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e outras partes sob o governo do ilustríssimo João**

Maurício, Conde de Nassau etc., publicado em Amsterdam em 1647, era "o reino do Congo vasto e poderoso", estando a sua capital edificada às margens do rio Letunda, na costa ocidental africana, sendo integrado pelas províncias de Bamba, Sonho, Sondi, Pungo, Bata e Bembe. Seus habitantes tinham uma robustez invejável, estatura elevada e vigorosa musculatura, cingindo espadas, "parecidas com as espadas suíças", que com um só golpe eram capazes de cortar um homem ou decapitar a cabeça de um boi". "O Rei do Congo se ufana com estes títulos e denominações: **Mani Congo por graça de Deus rei do Congo, de Angola, Macambá, Ochangá, Cumba, Lula, Zuzá, senhor do ducado de Buta, Suda, Bamba, de Amboifa e suas províncias, senhor do condado do Sonho, Angola e Caconghe e da monarquia dos Ambondaras e do grande e maravilhoso rio Zaire.** Entre os do Congo, o mais poderoso é esse Conde de sonho. A mulher do rei chamam **Mani Mombanda**, isto é, Rainha ou Eminentíssima entre os bandos ou rebanhos de tantas concubinas."

O primeiro cortejo de dignitários do reino do Congo de que se tem notícia em território brasileiro é documentado por Gaspar Barlaeus, ao descrever a embaixada do Conde de Sonho que, em 1643, esteve no Recife a fim de parlamentar com o conde João Maurício de Nassau, sobre questões envolvendo o Rei do Congo e o Conde de Sonho, no território do reino de Angola.

Na ocasião, Nassau recebeu de presente 200 negros escravos, um colar e uma bacia de prata de origem peruana presentes retribuídos pelo conde segundo descrição do próprio Gaspar Barlaeus, (ed. Recife, 1980. p. 254-256). A esta apresentação de três embaixadores do Conde de Sonho, seguiu-se outra embaixada enviada pelo Rei do Congo, D. Garcia II, e o duque de Bamba, dirigida por dois embaixadores também magnificamente recebida pelo conde João Maurício de Nassau, que os acolheu "a expensas públicas e deles despediu, quando estavam de partida para Holanda, onde apresentaram ao Príncipe de Orange uma carta do seu rei e outras aos diretores da Companhia. Eram eles de compleição robusta e sadia, rosto negro, muito ágeis de membros, que usavam para maior facilidade de movimento. Vimos-lhes as danças originais, os saltos, os temíveis floreios de espadas, o circular dos olhos simulando ira contra o inimigo. Vimos também

Restava o cumprimento da cláusula nona, em que o Rei do Congo se comprometia a indicar as minas de ouro e prata por ventura existentes em seu reino, de há muito perseguidas pelos portugueses, ficando-lhe reservado a metade do produto nelas recolhido. — Tal cláusula viria a ser cobrada mais tarde pela força das armas.

Ao ter conhecimento da Restauração de Luanda, D. João IV, Rei de Portugal, envia carta a D. Garcia II, Rei do Congo, oferecendo-lhe “a antiga amizade que os Sereníssimos Reis de Portugal tiveram com os do Congo”, através de uma missão chefiada pelo jesuíta Antônio Couto que partiu de Lisboa em 10 de junho de 1649.

Ainda estabelecidos no Brasil, os holandeses continuam com suas incursões na costa africana, particularmente no comércio de escravos nas praias do Congo e de Angola. O Rei do Congo continuou a fazer guerra contra alguns potentados protegidos pelos portugueses e estes, por sua vez, resolveram fazer guerra mais a leste de Angola onde, em Matamba, governava a rainha Jinga, célebre pelas suas atividades guerreiras e seu culto à antropofagia.

No governo de João Fernandes Vieira (1658-1661), em Angola, o Rei do Congo mandou degolar o jaga Calandula, “vassalo fiel dos portugueses”, o que provocou uma movimentação de guerra, em 9 de setembro de 1658, só não efetivada pela não adesão dos moradores de Massangano.

No governo de Angola, foi João Fernandes Vieira substituído por outro herói da Restauração Pernambucana, André Vidal de Negreiros, que tomou posse em maio de 1661, quando não mais reinava no Congo D. Garcia II, falecido no ano anterior. Sucedeu-lhe no trono D. Antônio Manimulaza (Nevita-a-Nkanga), Marquês de Kiva, que pelo seu temperamento beligerante logo entrou em conflito com os portugueses.

Em guerra com a Espanha, Portugal passa a exigir do Rei do Congo o produto das minas que lhes foram prometidos no tratado de paz assinado com D. Garcia II, particularmente os provenientes das minas de cobre, no que o novo monarca se nega, advertindo os portugueses para uma possível guerra.

Diante das constantes ameaças e animado pelo C da Sé de São Salvador do Congo, D. Antônio Manimulaza declara guerra a Portugal e se lança em campo à frente do grande exército, enquanto André Vidal de Negreiros envia para Luanda 200 homens, comandados por Luiz Lopes de Sequera com ordens de ocupar o Outeiro do Embo, onde por informações seguras estariam as minas de cobre.

Sabedor da tomada de posição do Rei do Congo, de Negreiros envia mais 100 veteranos de guerra, a fim de juntar-se às tropas comandadas por Luiz Lopes de Sequera formando assim um exército de 360 portugueses, acrescidos de 6 a 7 mil negros que vêm a se estabelecer em Ambuíla.

Do Outeiro do Congo, partira D. Antônio Manimulaza tendo ao seu lado as forças do Conde de Sonho, dos Duques de Bata e Sündi, dos Marqueses de Bumbi e Pemba, como de outros vassallos e fidalgos, reunindo assim um exército de 100 mil homens.

Em 29 de outubro de 1665, marchando numa formação quadriforme em fileiras dobradas, bem à moda das batalhas do Alentejo, os portugueses aguardaram em Ambuíla as tropas do Rei do Congo. De início, assustados com a superioridade numérica do adversário, desertaram das hostes lusas cerca de 4 mil negros. O Duque de Bamba, à frente de 20 mil homens marchou contra o quadrado fechado que, com a artilharia posta nos centros e os mosquetes distribuídos em duas linhas compactas de soldados, aguardava a carga dos congolezes. O aproximar das tropas africanas, armadas de arco, flechas, sabres e lanças, foi recebido pela artilharia e a infantaria dos portugueses.

Diante do revés do primeiro ataque, resolveu o Rei do Congo, em pessoa, marchar à frente do seu exército, portando adarga (escudo de couro) e uma espada cortadeira, arrastando contra as hostes portuguesas o melhor de sua nobreza desconhecendo os mais comezinhos princípios da estratégia militar da época.

O resultado nos é contado por Gastão de Sousa e Silva com base no noticiário do **Mercúrio Português**, julho de 1665, que nos dá uma descrição daqueles dias:

tuques; o berimbau já era utilizado pelo irmão Barnabé na festa do Natal de 1583 na Bahia, segundo relato do jesuíta Fernão Cardim.⁷ As danças dos negros com os seus instrumentos aparecem com frequência na pintura de Frans Post, conforme se comprova do levantamento de sua obra realizado por Joaquim de Sousa Leão — **Frans Post**, Amsterdam 1973: Nos quadros apresentados, aparece com frequência nos ajuntamentos de negros dançando e percutindo ilus, atabaques, reco-recos, maracás de cabaça e berimbaus. Zacarias Wagener, que também integrou a corte do Conde Nassau em Pernambuco, chegou a documentar uma roda de negros dançando em coreografia bem semelhante à dos nossos terreiros de xangô. Nisso, depreende-se que os negros, em seus ajuntamentos, tanto praticavam a dança como forma de divertimento, chamada de batuque, como as de natureza religiosa, como no desenho nº 105 de Zacarias Wagener, traduzido por Alfredo de Carvalho sob o título de **Zoobiblion (RIAP, nº 60, Recife 1904)**; nestas últimas eram invocadas as suas divindades ou calundus.

Os cânticos e instrumentos dos negros são descritos, por diversas vezes, pelo cronista frei Manuel Calado, ao narrar as guerras que marcaram a Insurreição Pernambucana, a exemplo da batalha do Monte das Tabocas, em 3 de agosto de 1645:

Os nossos negros com furor ardente,
Mais Hércules, que negros parecendo
Atroam as esferas cristalinas,
Com flautas, com atabaques e buzinas.⁸

Pereira da Costa, in **Folk-Lore Pernambucano** (Recife 1908), descreve essas reuniões de pretos:

Celebravam os africanos as suas festas com danças e cantorias, acompanhadas de instrumentos musicais fabricados e exclusivamente usados por eles, além das castanholas, bater de palmas côncavas, e de diferentes formas de assobios por eles inventados com muita variedade.

Esses instrumentos eram o atabaque, ou tambaque, espécie de tambor, muito estrepitoso; cangá, feito de cana, com as extremidades fechadas pelos gomos da mesma cana, e com orifícios; marimba, for-

mada de dois arcos semicirculares, e com c... em cujas bocas colocavam uma espécie de tec... madeira, sobre a qual batiam com um pausinh... modo de vaqueta; e o marimbau, que não sab... se outro instrumento diferente deste último; m... go, uma cuia com ponteiros de ferro harmo... mente dispostos; e os pandeiros e berimbaus, adotaram.⁹

Esses ajuntamentos de negros despertaram a ira dos frades da Ordem dos Capuchinhos em Pernambuco que, no tempo do governo do capitão-general José César de Menezes (1774-1787), andaram usando da força e do arbítrio para impedir tais reuniões. Os fatos ocorridos chegaram até o governador através da farta correspondência daquele governador, reunida em dez volumes atualmente sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo objeto de artigo de Antônio Gonsalves de Mello¹⁰.

Contra as danças dos negros no Recife, os frades capuchinhos do convento de Nossa Senhora da Penha se insurgiram, em 1778, e, após quebrar o instrumental dos dançadores, solicitaram, e conseguiram, a prisão de todos os envolvidos nos "bailes com batuques". Em favor dos pretos intercedeu o governador da capitania que, em correspondência com o ouvidor da Comarca de Olinda, Antônio José Barroso Pereira Miranda Leite, ordenou que fizesse "logo soltar aos ditos pretos, pondo-os em liberdade". E acrescenta: "Devo dizer, Vossa Mercê que aos ditos pretos lhes tinha concedido licença para fazerem os seus bailes nos arrabaldes desta Vila [Recife], não só por não ser coisa que eu inovasse, mas também pelo antiquíssimo costume em se achavam, factado pelos meus Exmos. Antecessores e aprovado por todo o povo desta Praça". E afirma não ignorar "o despotismo de alguns clérigos fanáticos e Religiosos Barbadinhos obra nesta vila, entrando pelas casas dentro, arrombando canchinas, quebraram os instrumentos de divertimento dos pretos, reduzindo tudo a cinza... como se esta terra não tivesse Governo, nem Bispo, nem Ministros", concluindo pela imediata libertação dos pretos e a indenização, em dinheiro, pelos clérigos dos instrumentos quebrados.

Em outra carta (1781), o governador José César de Menezes cita nominalmente os capuchinhos envolvidos — o

bênçãos supersticiosas, fazendo crer aos rústicos, que naquelas unções de pão, dão fortuna, fazem querer bem mulheres a homens, e chega a tanto a credulidade de algumas pessoas, ainda daquelas que não pareciam serem tão rústicas, como frades e clérigos, que chegaram a vir presos à minha presença, em os cercos que mandava botar a estas casas, que querendo-os desmagnar, me foi preciso em suas presenças lhes confessar o embuste dos pretos donos das casas; e depois remetê-los aos seus prelados para que estes os corrigissem como mereciam, e os negros fazia castigar com rigorosos açoites, e obrigava aos senhores que os vendessem para fora. Estas são as duas castas de bailes que vi naquela capitania em o tempo que a governei, e me persuado que o Santo Ofício fala de uns, e o governador de outros, pois não me posso persuadir que o Santo Ofício reprove uns, nem que o governador desculpe outros".¹¹

Com base nesta informação ordenou a Rainha de Portugal, por Aviso Régio datado de 4 de julho de 1780, a José César de Menezes que "não permitisse por modo algum as danças desta última qualidade; e quanto às outras, ainda que possam ser toleradas, com o fim de evitar com este menor mal outros males maiores, deve Vossa Senhoria, contudo usar de todos os meios suaves para ir desterrando pouco a pouco um divertimento tão contrário aos bons costumes".

FESTAS DO ROSÁRIO E MARACATUS

José César de Menezes foi sucedido no governo da Capitania por D. Tomás José de Mello que, em ofício datado de 10 de novembro de 1796, responde ao comandante militar de Goiana: "Quanto aos batuques que os negros dos engenhos dessa vila costumam praticar nos dias santos, juntando-se na mesma, não devem ser privados de semelhante função, porque para eles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão, porém sempre devem ser advertidos por Vossa Mercê, a fim de não praticarem distúrbios, sob pena de serem castigados asperamente".

Esclarece Pereira da Costa (op. cit.) ser "essas danças africanas os batuques e os maracatus, que ainda os dançamos, feitos aos domingos, em diversos pontos da cidade, reunidos os pretos, escravos ou não, em grupos distintos dançando lascivamente, num sapatear pronunciadíssimo cantando ao mesmo tempo, com o acompanhamento de tambores e instrumentos apropriados ao seu meio de origem".

O maracatu tem a sua presença registrada em nome de meio a partir de 1845,¹³ mas a sua existência está diretamente ligada às coroações dos reis negros de Angola e do Congo, que geralmente acontecia nas festas em honra de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, principais padroeiros da gente de cor.

Da diversidade de tribos e nações que formavam a comunidade de raça negra, sobressaíam-se os do Congo e do Congo, escravos ou não, tinham no seu rei uma espécie de ascendência sobre os demais, chamando-o pelo título: **Muchino Congo**.

"Cada cabeça de comarca, no dizer de Pereira da Costa (op. cit.) ou distrito paroquial tinha o seu rei e rainha com o competente cortejo de uma corte particular, e por ocasião da eleição, tinha o ato solene da coroação e posse na tarde da festa de Nossa Senhora do Rosário, impondo à comunidade o pároco da freguesia".

Descrição dessas solenidades chegaram até nós através de depoimento de viajantes, como Henry Koster, ao descrever a festa do Rosário e a coroação do Rei do Congo, em Itamaracá, março de 1814, com a ironia própria de alguns autores de suas narrativas.¹⁴

Informa José Antônio Gonsalves de Mello:

"Essas autoridades negras, que reinavam sobre as respectivas etnias (ou, pelo menos, sobre as mais numerosas em Pernambuco), tinham participação importante na administração da Capitania e, portanto, da Província. É que debaixo da 'autoridade' desses reis estendia-se toda uma hierarquia parlamentar de governadores, coronéis, capitães, tenentes

chidos pelos governadores da Capitania, mediante expedição das respectivas patentes, como se depreende da nomeação de Antônio Duarte, em 19 de novembro de 1791, para o posto de Governador dos Canoeiros do Recife e Olinda, onde o Governador de Pernambuco faz a seguinte recomendação: "pelo que ordeno que o Rei do Congo da referida Vila do Recife que por tal o reconheça e estime e lhe confira a posse e juramento do estilo, do que fará assento nas costas deste.¹⁸

NOTICIÁRIO DA IMPRENSA

A estas informações sobre os Reis do Congo e sua presença nos maracatus, pode ser acrescido um farto noticiário da imprensa do Recife, que nos foi gentilmente cedido pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello para esta publicação.

Os Reis do Congo eram vitalícios no seu posto, ao que parece, e segundo se depreende do termo de posse de D. Antônio Oliveira, confirmado pelo Juiz de Direito e Chefe de Polícia da cidade do Recife em 14 de setembro de 1848, cujo sepultamento é anunciado pelo **Diário de Pernambuco**, em sua edição de 24 de julho de 1872, sendo imediatamente sucedido no posto por Joaquim Tomás de Aquino Fonseca, que então ocupava as funções de Duque do Congo:

— Eu Joaquim Tomás de Aquino, governador geral da nação de africano, dado por sua majestade real, o Sr. D. Antônio de Oliveira Guimarães, já falecido, faço saber, a todos os meus subalternos, que não poderão botar salva na rua para tirar esmolas para a festa de Nossa Senhora do Rosário do bairro de Santo Antônio, sob pena de pagarem 30\$ de multa, conforme marcam os artigos 4º e 6º da nossa matrícula. Faço este por causa da desfeita que se fez ao falecido nosso rei e juiz perpétuo de N.S. do Rosário, dado por Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, a quem Deus guarde; e espero ser atendido dos meus subalternos sobre esta desfeita, o que afirmo com alguns circunstanciais da mesma nação, pois a dita irmandade nem ao menos lhe fizera as honras devidas que merecia em vista ao cargo que ocupava na dita irmandade de N.S.

do Rosário; não se faz isto com um estranho, q
mais com um juiz perpétuo, só os mesários do
sário. Está conforme, o secretário, Antônio da
Braga. (DP, 9.8.1872).

— AO PÚBLICO — O governador dos africanos
vem perante vós manifestar o procedimento irri
lar que tiveram os Srs. Henrique, Anacleto Ma
do Nascimento, juiz procurador, e mais mesário
irmandade de N.S. do Rosário da freguesia de
to Antônio no dia 19 de julho próximo passado
do enterramento do falecido D. Antônio de Oli
Guimarães, juiz perpétuo da mesma irmandade,
sendo participado ao mesmo tesoureiro para da
suas ordens, ele respondeu que não tinha nada
tal enterramento, pois era melhor que não trou
sem o corpo aqui e fizessem o enterro no mat

Ora, sendo o falecido juiz da referida irman
de, a qual lhe dá direito a enterro com acompa
mento, tinha também honras pelo cargo que ocu
va de rei de Congo, revestido do governador
todos os africanos, e logo que constou semelha
boato, vieram os africanos reclamados que que
que o enterro fosse no Recife e assim ordenei, e
fato foi o corpo levado para o Rosário e aí de r
participado o tesoureiro, ele pôs à disposição
encarregados a quantia de 12\$ para adjutório
enterro, quantia esta que foi rejeitada pelos en
regados, por acharem insuficiente a oferta, pa
enterro de um irmão juiz perpétuo.

O filho que esbofeteia seu pai só seria
punido cortando-se-lhe a mão autora do crime
À tarde, porém, quando se tratava de co
zir o corpo, os súditos reverentes ao rei, que
levá-lo à mão até ao cemitério, e não anuindo a
a irmandade, travou-se discussão, discussão
que a irmandade recorreu à polícia, a qual, cor
recendo, deu em resultado o que o público foi
temunha, desteitando a todos os africanos

“Embarcou para a costa da África, com escala na Bahia, um grande número de africanos livres, que há muito viviam entre nós negociando. Foi um embarque burlesco, como tudo dessa gente, e nem nunca vimos tão grande número de casacas velhas e esquisitas. Para mais de trezentos percorreram as ruas processionalmente com os embarcandos, dançando, pulando, fazendo momices e trejeitos. Esses são daqueles que entravam em bandos por nossas ruas de tanguinhas encarnadas e cabeças rapadas, negociavam por todo nosso litoral com ovos, peixes, cocos e outras frutas e hoje, possuindo não pequena fortuna, cada um deles retira-se para sua Pátria — pobre gente!”

Na edição do **Jornal do Recife**, de 1º de setembro de 1873, está registrado outro desses embarques:

“Para Angola — Na barca portuguesa Vencedora, saída ontem para Lisboa, foram de passagem 40 pretos livres, entre homens, mulheres e crianças, que dali seguirão para Angola. Esta caravana foi acompanhada até a bordo por quase toda colônia, que dançava de contentamento, por ver aqueles tornarem à terra natal e animada pela esperança de que cada um chegará a sua vez. Santo Amor da pátria.”

PERSEGUIÇÃO POLICIAL

O folguedo do maracatu, a exemplo dos bailes e batuques organizados pelos pretos ao tempo do governador José César de Menezes (1774-1788), veio a sofrer censura por parte das classes dominantes que chegaram a pedir, pelos jornais, a intervenção policial, conforme se depreende deste noticiário coletado por José Antônio Gonsalves de Mello.

Na edição de 11 de novembro de 1856, o **Diário Pernambuco** registra:

“No domingo, os pretinhos do Rosário, tãvezados, quiseram apresentar na Praça da Vista o seu **maracatu**; a polícia, porém, dispôs, não porque julgasse que aquele inocente divertimento era atentatório à ordem pública, mas que do **maracatu** passariam à bebedeira, e daí distúrbios como sempre acontece; obrou-se bem.”

* De cortejo de acompanhamento dos préstitos de Rainhas do Congo, o maracatu transformou-se em feijadão ligado ao carnaval do Recife, em ano que não sabemos precisar. O certo é que, segundo noticiário do **Diário de Pernambuco**, já participavam dos folguedos carnavalescos de 1873.

* “No dia 11 do corrente, sairá da Rua de São Rita Velha [bairro de São José] a nação velha Cambinda, a qual vai em direitura à Rua das Capangas buscar a sua rainha, e depois percorrer diversas ruas, e às 3 horas se achará em frente à Igreja do Rosário [de Santo Antônio] onde se darão algumas girândolas de fogo e uma salva de 21 tiros; dali seguirá para o Recife e na Rua do Jesus voltará com a vice-rainha de sua nação. (DP, 10.2.1872).”

— “REVISTA DIÁRIA — CARNAVAL —”
corrido este ano com a animação que há tempo não apresentava; observou-se desta vez gosto, mais espírito de luxo, os **maracatus** vândo o campo à crítica que diverte e mais menos corrige ou pune moralmente. As honras da folgança carnavalesca têm cabido ao Club dos Azucrins, à expedição dos Pega Quilhos! e ao grupo das Beatas de Casaca. O entrudo d’água quase que não apareceu este ano salvo um outro caso de imprudência que não

* O cortejo do Rei do Congo, no entanto, passou a integrar os cortejos dos maracatus que vinham às ruas do Recife e Olinda nos dias dedicados aos Santos Reis, nas festas de Nossa Senhora do Rosário, nos dias que antecediam e durante o carnaval, conservando a tradição africana com os seus batuques e danças.

A presença dos maracatus é também uma constante nas festas em honra de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, em que a gente pernambucana comemora as vitórias alcançadas contra os exércitos holandeses e a Restauração Pernambucana, conquistada em 27 de janeiro de 1654.*

Sobre o assunto o padre Lino do Monte Carmelo Luna (1821-1874), em conferência pronunciada no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 3 de setembro de 1868, nos dá um singular testemunho chamando a atenção para o grande número de pretos, boçais ou de nações, que afluíam ao morro da Ferradura e comemoravam de forma burlesca a festa da libertação:

— O prazer, de que acha embriagada essa onda de pretos ignorantes, como que impelidos por uma força para eles desconhecida, assaz se manifesta nesses dias, pelos continuados **maracatus** e outras danças burlescas da sua nação, as quais eles executam em passeios agitados ao redor da igreja, alvorados de bandeiras, e tudo acompanhado de incessantes tiros de pistolas e clavinhas! Pode-se dizer que esses pretos trazem-nos anualmente, com seus **maracatus** e tiros, a lembrança dos grandes combates havidos com os holandeses naqueles mesmos montes!

No noticiário da imprensa, os maracatus continuaram a figurar, principalmente quando a notícia se confundia com o fato policial, como se depreende da edição do **Diário de Pernambuco** da terça-feira, 26 de fevereiro de 1889:

Revista Diária — Maracatu Porto Rico — Na Praça Pedro I, da paróquia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, deu-se anteontem um conflito entre sócios do **Maracatu Porto Rico**, quando este fazia um en-

saio. Ao que parece o conflito foi motivado por uma praça do 14º Batalhão, pois que cerca de 60 homens, armados de facas e cacetes, rebelaram-se contra a dita praça, que ferida tratava de fugir, quando ali compareceu o subdelegado da paróquia. Esta autoridade conseguiu prender 6 dos tais desordeiros, inclusive o ofensor da praça, que foi vistoriada pelo sr. dr. José Joaquim de Souza.

* Uma das mais tocantes descrições do maracatu nas ruas do Recife tem o testemunho de Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), quando da publicação do seu **Folk-Lore Pernambucano**, Recife 1908, pintando com cores vivas a pompa e a realeza daqueles préstitos tão comuns nesta cidade:

— Rompe o préstito um estandarte ladeado por arqueiros, seguindo-se em ala dois cordões de mulheres lindamente ataviadas, com seus turbantes ornados de fitas de cores variadas, espelinhos e outros enfeites, figurando no meio desses cordões vários personagens, dentre os quais os que conduzem os fetiches religiosos — um galo de madeira, um jacaré empalhado e uma boneca de vestes brancas com manto azul —; e logo após, formados em linha, figuram os dignitários da corte, fechando o préstito o rei e a rainha. Estes dois personagens, ostentando as insígnias da realeza, como coroas, cetros e compridos mantos sustidos por caudatários, marcham sob uma grande umbela e guardados por arqueiros. No coice, vêm os instrumentos: tambores, buzinas e outros de feição africana, que acompanham os cantos de marcha e danças diversas com estrépito horrível.

* O cortejo obedece a mesma formação do séquito dos Reis do Congo, dispendo de hierarquia e comando, já então ligado aos seguidores da religião afro.

Entre os que mais se destacavam, o autor chama a atenção para o Cambinda Velha, já conhecido do noticiário da imprensa do século XIX, que trazia o seu estandarte de veludo bordado a ouro:

Um dos elementos sagrados do maracatu é a calunga, também conhecida como boneca, que encarna a divindade dos orixás, recebendo na cabeça os **axés**, com lugar de honra no altar da rainha e por vezes com assento no próprio peji. Em sua honra é cantada a primeira toada do maracatu — ainda dentro da sede quando a calunga passa das mãos da rainha para outras mãos, cada qual dançando um pouco com a calunga, antes de passá-la adiante —, sendo levada às ruas pela dama-do-paço (uma espécie de conselheira segunda pessoa da rainha) e em sua honra é também cantada a última toada, quando o préstito se recolhe à sede.

As calungas, quase sempre de madeira escura, podem ser de um ou outro sexo, muito embora sejam sempre tratadas no feminino, representando, por vezes, ascendentes africanos ou pessoas ligadas à história do próprio grupo. Em outros casos, a calunga tem nomes da Casa Real Portuguesa: Dona Isabel, do Maracatu Leão Coroado, homenageia a Princesa Isabel que, em 13 de maio de 1888, assinou a Lei Áurea extinguindo a escravidão negra no Brasil.

São designadas pelos nomes de iniciação em cada grupo: Dona Emília, Dona Leopoldina e Dom Luiz, no Maracatu Elefante; Dona Clara e Dona Isabel, no Maracatu Leão Coroado; Dona Joventina, no Maracatu Estrela Brilhante; Dona Inês e Dona Júlia, no Maracatu Porto Rico, esta última uma homenagem a D. Santa que fora rainha do Maracatu Elefante.

Sobre o assunto, informa Guerra-Peixe:

— Das bonecas do Elefante, Dona Emília parece ser a que recebe maiores atenções. Dedicada a ela há ocasião para a dança especial, quando passa pelas mãos de todas as baianas do cortejo; a ela são consagrados os cânticos mais “fortes”; é essa a principal boneca levada à porta da igreja de N. S. do Rosário; com ela o Maracatu Elefante dança diante dos terreiros visitados. E é nas canções oferecidas a Dona Emília que os músicos executam o ritmo “de Luanda” — o toque “para salvar os mortos”, os “eguns”, como dizem. À mesma calunga, finalmente cabem as designações: “Princesa Dona

Emília”, “Princesa Diamante” e “Princesa Pernambucana”, indiferentemente.

Dom Luís, “representa um rei africano”, sendo isso considerado como “rei do Congo”, circunscrito por que é nomeado de uma ou outra forma. O certo, porém, é que as calungas, quaisquer que sejam, como bonecas que “representam” os ancestrais africanos, é um registro repetido em diversos maracatus tradicionais.

Os ascendentes africanos ou não, invocados nas bonecas, constituem um ponto que carece ser estudado por pessoa credenciada como frisa os estudiosos. Avançando, porém, um pouco nessas questões, seria oportuno perguntar se: “Princesa Pernambucana” não é uma reinterpretação originada dos problemas dos escravos? — diante das reprimendas suas recordações oportunas, lembradas por Iralda da Costa. Tal como se verificou no panteão brasileiro — originando as identificações dos orixás com os santos católicos, já em parte assinaladas pelos estudiosos — talvez o mesmo ocorra com as calungas. As informações sobre Dom Luís — “um rei africano” e “rei do Congo” — parecem resultar de reminiscências da instituição do Reino do Congo estabelecida entre nós. Vejamos os diálogos de um cântico:

“A bandeira é brasileira
Nosso rei veio de Luanda
Ôi, viva Dona Emília
Princesa Pernambucana”

Nas vestimentas das calungas predomina o branco e a cor simbólica ou **aledá** de Orixalá, no paizão afro-recifense. Esse elemento concorda com o que apontamos sobre o principal tótem do Maracatu Elefante “o primeiro animal que Orixalá montou

Quando das chuvas que inundaram o Recife em novembro de 1975, provocando deslizamentos de barreiras nos rios

Ao reencontrar-se com os Maracatus Nação, durante o carnaval de 1989, tal não foi a surpresa da pesquisadora ao constatar o renascimento da Nação do Elefante, de volta às ruas do Recife desde 1986; o retorno da Nação Porto Rico do Oriente, que por morte do seu rei José Eudes das Chagas, em 1978, havia passado dois anos sem sair no carnaval, além do aparecimento da Nação Encanto do Pina, formada por uma ala mais tradicional da Nação do Porto Rico do Oriente.

No carnaval de 1989, para alegria de Katarina Real, algumas nações, a exemplo do que vem acontecendo há alguns anos, desfilaram com uma maior pompa do que nos anos de 1968, quando interrompeu sua pesquisa sobre o carnaval do Recife. As Nações Porto Rico do Oriente e a Nação do Elefante, só para salientar essas duas, saíram o primeiro com cerca de 400 figurantes, lembrando os antigos préstitos de coroação dos Reis do Congo no Recife.

Indiferentes a tudo, eles vêm às ruas na segunda-feira de carnaval (até recentemente vinham também na terça-feira), e fazem as suas reverências no adro da Igreja de Nossa Senhora do Terço, no bairro de São José, ou de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Paróquia de Santo Antônio, onde entoam os cânticos para os seus mortos (**eguns**), e seguem pelas ruas afora com o estandarte no ar, umbela girando, rei e rainha com porte de realeza, damas-de-paço mostrando as calungas, damas-de-frente portando buquês de flores, lanceiros abrindo espaço na multidão, meninos carregando lampeões ou puxando a carroça com o animal símbolo da nação, baianas com uma ginga própria dos terreiros de xangô e um jogo de braços característicos da dança molenga, caboclos de pena fazendo complicados passos, como servissem de guia ao préstito, e no final uma orquestra de percussionistas com o seu baque virado.

**Princesa Dona Clara
Pra onde vai? — Vou passeá.
Eu vou para Luanda
Vou quebrá saramuná.
Eu vou, eu vou
Eu vou para machá
Eu vou para Luanda
Eu vou para Luanda
Vou quebrá saramuná.**

Recife, Carnaval 1989

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 — TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal — Uma presença silenciosa**. Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 79-80.
- 2 — MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Aditamentos e Correções", p. 10, **Anais Pernambucanos**, F.A. Pereira da Costa, Recife, 1910, p. DIX, citando: Arboela, José Rafael. La História e la antropología del negro in Colombia", in **América Latina**, ano V nº 3, Rio de Janeiro 1962, p. 5; Azevedo, Pedro de A. "Os escravos", in **Revista Histórica Portuguesa**, v. I, Lisboa 1903, p. 306; Brásio, padre António. "O problema da eleição e coroação dos reis do Congo", **Revista Portuguesa de História**, t. XII, v. I, Coimbra 1969, p. 381; Bercé, Yves Marie. **Fête et revolte. Des mentalités populaires du XVI e au XVIII e siècle**, em Paris 1976, p. 145. Vide ainda: Tinhorão, José Ramos. **Os negros em Portugal — Uma presença silenciosa**. Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 135-146; Silva, Leonardo Dantas. **Alguns Documentos para a História da Escravidão**, Recife, Massangana, 1988, (Série Abolição XI, p. 123-199).
- 3 — MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Henrique Dias — Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil**, Recife, Ed. Massangana, 1988, (Série Abolição v. III).
- 4 — DIAS, Gastão Sousa. **A Batalha de Ambuíla**, Lisboa 1942, p. 67-162, documentação em anexo p. 67-162.
- 5 — DIAS, Gastão Souza, op. cit. p. 42.
- 6 — TINHORÃO, José Ramos. **Os negros no Brasil**, São Paulo, Art-Editora, 1988, p. 101.
- 7 — CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem jesuítica ao Brasil", **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 65, part. 1, p. 24.

- 8 — CALADO, frei Manuel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 4a. ed., Recife 1985, (Coleção Pernambucana, 2a. fase, v. XIII, t. II, p. 24); vide ainda: Santiago, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**, 1a. ed. integral, Recife, 1984, (Coleção Pernambucana, 2a. fase, v. I).
- 9 — COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Folk-Lore Pernambucano**, 2a. ed., Recife, Arquivo Público Estadual, 1974. p. 211-224.
- 10 — MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Um governador colonial e as seitas africanas", **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano** — RIAP, v. 42, Recife, 1952, p. 41; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Cartório da Inquisição de Lisboa, proc. n.º 4740, contém apenas a denúncia contra o governador. Sua defesa se tem notícia através da correspondência guardada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro.
- 11 — COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**, v. 6, 2a. ed., Recife, 1983-85, p. 381-383, (Coleção Pernambucana, 2a. fase, v. 7).
- 12 — COSTA, F. A. Pereira da. **Folk-Lore Pernambucano**, Recife 1908 e 1974.
- 13 — **Diário de Pernambuco**, 1.7.1845.
- 14 — KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**, Londres 1816. Esta obra foi traduzida para o português, em 1941, por Luís da Câmara Cascudo, acrescida de notas explicativas. Uma segunda edição desta tradução foi editada pelo autor destas linhas — Recife, 1978, (Coleção Pernambucana, 1a. fase, v. XVII,) estando a narrativa de Henry Koster sobre a coroação dos Reis do Congo de Itamaracá inserida nas p. 276-278.
- 15 — MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Aditamentos e Correções", em F. A. Pereira da Costa, **Anais Pernambucanos**, v. 10, 2a. ed., Recife, 1983-85, p. 509-511, (Coleção Pernambucana, 2a. fase, v. 11). No mesmo artigo o Autor traz uma relação de governadores de outras nações, contidas no Arquivo da Secretaria do Governo de Pernambuco, p. 510-511.
- 16 — COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (Coleção Pernambucana 2a. fase, v. 10, p. 408). Segundo Rubens Borba de Moraes, in **Bibliographia Brasileira**, Amsterdam, 1958, v. II, p. 270, a informação bibliográfica da obra seria: Souchou de Rennefort, **Histoire**

des Indes Orientales, Paris 1688, estando a descrição de Pernambuco contida na segunda parte.

- 17 — COSTA, F. A. Pereira da, op. cit. p. 408.
- 18 — MELLO, José Antônio Gonsalves de, op. cit., p. 511.
- 19 — COSTA, F. A. Pereira da. **Folk-Lore Pernambucano**, Recife, 1974.
- 20 — GUERRA-PEIXE, César. **Maracatus do Recife**, (Coleção Recife XIV), Recife, 1980.
- 21 — GUERRA-PEIXE, César, op. cit. p. 38-39.
- 22 — GUERRA-PEIXE, César, op. cit. transcreve em partitura musical todas aqui citadas.
- 23 — GUERRA-PEIXE, César, op. cit.
- 24 — COSTA, F.A. Pereira da. **Folk-Lore Pernambucano**, op. cit.
- 25 — REAL, KATARINA. **O Folclore no Carnaval do Recife**. Rio de Janeiro, 1967.
- 26 — REAL, Katarina, op. cit. p. 82.